

A NOVA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA REVISTA ESCOLA PORTUGUESA (1934-1940)

Bernadete de Lourdes Streisky Strang
Doutora em Educação pela PUC-Rio
Professora da Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR

A Revista Escola Portuguesa, “Boletim do Ensino Primário Oficial”, foi um órgão oficial de publicação semanal, instituído por decreto em março de 1934. Começou a circular, entretanto, a partir de outubro do mesmo ano e se extinguiu quatro décadas mais tarde com o declínio do regime salazarista. No editorial do primeiro número, Braga Paixão, Diretor Geral do Ensino Primário, justifica o seu aparecimento pela necessidade de existir um conveniente serviço de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino primário que exercesse também a função de inculcar uma nova doutrina pedagógica nacional. O Estado Novo, nas palavras de Braga Paixão, era a expressão jurídica da vida portuguesa e a Escola deveria ser um instrumento de consolidação das *virtudes herdadas* e do desenvolvimento de aptidões posto a serviço *do engrandecimento e da perpetuação da pátria*.

O formato da Revista sofreu poucas alterações durante o período estudado. Por ser um Boletim Oficial publicava, além de instruções do serviço de orientação pedagógica para professores e matérias alusivas ao tema, circulares, notícias sobre ações cívicas, inquéritos, Decretos do Ministério da Instrução Pública (a partir de 1936, Ministério da Educação Nacional) e outros Decretos pertinentes, relatórios de cerimônias comemorativas e de manifestações patrióticas, notícias de congressos escolares realizados ou a se realizar e o Diário do Governo. Abaixo do título havia um retângulo centralizado pela figura de uma criança segurando o Escudo português, encimado pela celebre frase de Salazar que acabou se tornando um *slogan* que a acompanhou por muitos anos: Uma Mentalidade Nova Fará Ressurgir Portugal.

Na seção *Factos e Comentários*¹, sua missão é assim definida: A Escola Portuguesa representava “a voz dos serviços de orientação, a expressão da vontade superior que deve informar a escola renovada” e o professor não poderia poupar esforços, até mesmo pessoais, *a bem da nação*. Essa apologia ao sacrifício em nome de um ideal comum permeou a vida dos portugueses em todas as suas instâncias. O temperamento de Oliveira Salazar e as suas convicções no progresso de Portugal pelas

¹ Esta Seção era relativamente eclética. Embora dedicada à educação, poderia publicar matérias que aparentemente nada tinham a ver com o tema. Revista Escola Portuguesa, fevereiro de 1935, nº 17.

vias da austeridade, somado à sua religiosidade católica, foram determinantes para a consolidação de preceitos e comportamentos que marcariam o povo lusitano por gerações. O nacionalismo que começava a se intensificar nesse momento no país, pressupunha a adesão voluntária ou involuntária de toda a população, mas pressupunha fundamentalmente a cooptação do seu corpo docente.

Compreender o momento histórico em que o Boletim foi criado e a sua função ideológica não é tarefa simples, mas é fundamental. É preciso, antes, perceber o mito por trás do homem que foi responsável pelos rumos de uma Nação, durante metade do século XX. O fenómeno Salazar. De origem humilde, filho de trabalhadores rurais da zona da Beira, Oliveira Salazar não estava destinado a seguir carreira académica como seguiu. Sob o ponto de vista daquilo que seriam os percursos sociais e segundo os padrões da época, ele seguiria a profissão dos pais. No entanto, já na escola primária se destacou como aluno, o que lhe rendeu apadrinhamento para prosseguir seus estudos e construir uma história diversa da que lhe era reservada.

Foi uma escola confessional que lhe forjou o carácter. Lá ele encontraria sua vocação e a doutrina que informaria seu pensamento. No Seminário recebeu formação como se fora um futuro padre. Contudo, logo desistiu da carreira eclesiástica, mas se manteve como uma espécie de monitor para os alunos mais novo. Por volta dos 17 anos, começa a escrever para a imprensa regional sobre vários assuntos, entre eles, sobre questões de educação. Salazar não desconhecia os princípios da Escola Ativa que, de certa maneira, formaram sua orientação pedagógica, quer como aluno, quer como professor universitário que se tornou, depois de diplomar-se em Direito na Universidade de Coimbra. Doutorou-se bastante cedo na área de finanças.

O percurso de Salazar como aluno e como professor é o percurso construído nos moldes da democracia cristã. Braga da Cruz² defende que para percebê-lo não se pode vê-lo sob a luz do nacional-socialismo alemão de Hitler nem à luz do fascismo italiano de Mussolini, mas sim à luz dos princípios ideológicos da democracia cristã, que é claramente um pensamento dentro da hierarquia da igreja. Nesse sentido, ele não é só um estudante de Coimbra e, mais tarde, professor daquela Universidade. Ele é um militante católico que vai atuar em grupos organizados. Escreve para órgãos dessa imprensa e tem, portanto, um discurso estruturado nesse enquadramento de matriz

² MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa -Universidade da Extremadura, 2001.

religiosa. Em Coimbra, como professor, vai criar uma rede de relações pessoais com elementos da hierarquia católica, entre seus colegas - alunos que irão preencher lugares importantes nessa cúpula - e também com a própria hierarquia que já estava institucionalizada³.

No início dos anos 20 ele é considerado um especialista na área das finanças. Nessa mesma época o país vivia mergulhado em grande instabilidade social, política e financeira, havia muitas crises em consequência da primeira guerra, greves e alto índice de criminalidade. Estava aberto, portanto, o caminho para um golpe, que acabou se concretizando em 28 de maio de 1926. Imediatamente instala-se uma Ditadura. Os militares formam o governo e convidam António de Oliveira Salazar para Ministro das Finanças. No entanto, ele não toma posse, pois várias condições que ele impôs para exercer o cargo não são aceitas pelos militares. Uma delas é que os orçamentos dos outros ministérios só poderiam ser aprovados com a sua autorização. Por fim, dois anos mais tarde ele volta a ser chamado e tem suas condições aceitas.

Faz a seguir uma intrincada articulação política. Bem sucedida, porque lhe permitiu anular toda a oposição que pudesse ameaçar o poder centralizador que ele começava a construir em torno de si. Embora houvesse um Presidente e Primeiro Ministro, a partir de 1930 Salazar faz vários discursos nos quais fica evidente quem vai marcar a agenda política da Nação. E é nesse ano, nesses discursos, que deixa de usar a expressão Ditadura Militar e passa a utilizar a expressão Ditadura Nacional⁴. Esse termo inspirava a ideia de que havia uma convergência de toda nação (apesar desse ser um conceito abstrato) e não só dos militares. Em 1932, torna-se presidente do Conselho de Ministro, o que equivale ao cargo de Primeiro Ministro⁵. Em 1933, promove uma nova Constituição e é nessa Constituição que se consagra a expressão “Estado Novo”. A partir daí o Regime adquire a configuração que manteve até 1974.

Fixados os objetivos da educação nacional, era preciso definir o ideal que informaria a Revista, isto é, determinar o método a seguir. “Baseia-se a educação na psicologia da criança”, que deveria estar adaptada ao caso concreto da criança portuguesa, para que portuguesa fosse a escola em todas as suas ações. A posse da língua mãe devia constituir um dos objetivos mais importantes da “Escola Nova afirmativa da Pátria”, assim como o ensino da História. No caso do mestre não se sentir

³ Idem

⁴ Idem.

⁵ Idem.

inteiramente compelido a este propósito “A Ditadura não pretende constringer consciências e, por isso, quando qualquer professor não puder exercer sua acção no amor da Pátria, só tem um caminho a seguir: solicitar a sua demissão”.⁶ É preciso deixar claro, que tais “instruções” não se limitavam somente às escolas do Estado. No decreto lei de 18 de julho de 1933, lia-se que o ensino privado deveria estar em sintonia com a “exactidão das doutrinas”, o mesmo rezando o Decreto Lei de 5 de janeiro de 1934 que proibia o ensino de “doutrinas contrárias” nas escolas portuguesas. Campos Matos afirma que “apesar da resistência de sectores ligados ao ensino privado, à Igreja e às ordens religiosas, o Estado Novo impôs a sua orientação programática e doutrinária a todo o ensino”.⁷

Mesmo de cunho evidentemente político partidário, a revista se mostrava em relativa harmonia com a nova doutrina. Alguns intelectuais que nela colaboram já haviam militado na cruzada pela escola nova que inundou a Europa e o mundo nos anos 20. António Nóvoa diz que a Liga Internacional Pró-Educação Nova, fundada no ano de 1921, causou um grande impacto em terras portuguesas. Segundo o autor, a partir desse evento estava definitivamente fixada uma nova concepção de Pedagogia. Embora não se tenha realizado perfeitamente “dominará o universo educacional ao longo do século XX. Depois dessa época, tornou-se impossível pensar a educação sem uma referência, implícita ou explícita, à matriz da escola nova”.⁸

De qualquer modo, o movimento pedagógico dos anos de 1920 em Portugal nada tem a ver com a experiência da década seguinte. Naqueles anos, intelectuais notáveis como Álvaro Viana de Lemos, Adolfo Lima, António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Adelaide Cabete, Irene Lisboa, Áurea Judith do Amaral, entre outros, vão liderar um movimento de renovação bastante expressivo. Adolfo Lima, por exemplo, foi responsável por experiências pedagógicas de vanguarda na Escola-Oficina nº. 1 e na Escola Normal de Benfica, além de criar ou colaborar em diversas outras publicações importantes. Faria de Vasconcelos foi uma figura de projeção internacional e reconhecida pelos seus trabalhos na Bélgica, Suíça e América Latina.⁹ Quase todos os intelectuais nomeados estiveram envolvidos em publicações pedagógicas, tanto jornais

⁶ REP, dezembro de 1934, n. 9.

⁷ MATOS, Sérgio Campos. Para a História da Escola Privada em Portugal – Da Regeneração ao Estado Novo. In: PITASSILGO, Joaquim et al. (org.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Edições Colibri. Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2006.

⁸ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

⁹ CANDEIAS, A.; NÓVOA, A.; FIGUEIRA, M. Sobre a Educação Nova. Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941). Educa, Lisboa, 1995.

como revistas em período anterior ao Estado Novo e, portanto, à Escola Portuguesa. Depois disso, suas intervenções desaparecem ou tornam-se muito mais discretas com o regime salazarista. Irene Lisboa e Áurea Judite do Amaral, no entanto, parecem constituírem-se exceções, pois continuam a publicar tornando-se inspetoras. Ambas assíduas no Boletim.

Na medida em que os meios de comunicação começaram a se tornar uma séria ameaça a estabilidade política e a questionar a ordem estabelecida, como normalmente acontece nos regimes totalitários, a repressão se fez sentir e a liberdade de expressão ficou seriamente comprometida. E não era para menos. As vozes discordantes soavam de Trás-os-Montes ao Algarve e as publicações mais combativas transmitiam-nas sem meias palavras. O jornal “O Ensino Primário” costumava escrever matérias em tom de denúncia, geralmente se utilizando de títulos bastante chamativos. Na matéria de capa “Justiça! Queremos justiça! Sente-se o caráter “beligerante” desse jornal:

Eis o clamor que em uníssono se ergue dos professores primários, de uma a outra ponta do país (...). Quem há que se lembre de que nos vemos impedidos de dar a escola aquela parcela de dedicação e de sacrifício de que ela tanto carece e que a Nação, insistentemente, dela reclama, se a situação econômica em que vivemos – e o que é desalentador –, sem esperança de ver melhorada, promete matar-nos e aos nossos pela fome e pela vergonha, com todo o interminável cortejo das suas horrorosas consequências? (...) justo é que, bem alto, das colunas desse jornal, tentamos assim despertar os homens do govêrno da República, chamando para a nossa angustiada situação o seu olhar, não de piedade, mas de justiça.¹⁰

Este semanário opunha-se ao “Diário de Notícias”. Frequentemente polemizava ou até mesmo ridicularizava matérias nas quais o jornal parecia estar a serviço de interesses contrários às reivindicações da classe do magistério. Apesar de ter uma seção oficial e, portanto, alguma relação com o Governo, não poupava ninguém quando o assunto não se enquadrava às suas convicções. Segundo o jornal, sua orientação era não aprovar modificações nos assuntos de instrução que não obedecessem a critérios com elevados fins e a ideais pedagógicos perfeitamente estudados e definidos.

No final dos anos 1920 e em toda a década de 1930, houve uma mudança significativa de perspectivas. Num primeiro momento o Estado Novo posiciona-se contrário à Nova Educação e, principalmente, contrário aos seus expoentes que são marginalizados, presos, ou exilados¹¹. Entretanto, a visita de Adolphe Ferrière a

¹⁰ O Ensino Primário, Lisboa, 28 de junho de 1930.

¹¹ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005

Portugal irá promover uma inflexão na atitude das autoridades, o que resultará na “reinterpretação da Educação Nova”.¹² Depois de muito criticado pela imprensa fiel ao regime, numa manobra de última hora, os pedagogos renovadores são afastados e Ferrière é recebido por Cruz Felipe e seu grupo, professores nacionalistas e defensores do salazarismo.¹³ Contudo, a imprensa, não tão fiel ao regime, dá outro destaque ao evento.

Quando ocorreu a primeira conferência de Ferrière em solo português, “Liberdade e Autoridade”, O Ensino Primário publicou uma matéria de capa sobre o assunto. Entre elogios ao alto valor pedagógico e científico do seu trabalho e da conferência em si, aproveitou o ensejo para trazer a tona alguns “empecilhos” que não permitiam o perfeito desenvolvimento da Escola Ativa no país, conforme sugeriam os ensinamentos do mestre suíço. Diz o artigo que se o Professor Ferrière entrasse nas escolas – “espeluncas onde o professor e o aluno se gastam e se tuberculizam, fugiria apavorado e julgar-se-ia preso de terrível pesadelo”.¹⁴ A questão que se colocou é que havia, sim, vontades. O professor português conhecia por *intuição* os problemas instantes da Pedagogia e sabia a importância de levar transformações às escolas. Faltava-lhes, no entanto, o apoio moral e material das esferas governamentais. Ao assistirem a Conferência encheram-se de pesar “porque abriram aos nossos olhos horizontes tão luminosos e tão tentadores que mais sentimos hoje o peso da nossa miséria”.¹⁵

A reinterpretação da filosofia defendida por Ferrière inaugurou uma escola nova distanciada da matriz laica e progressista que a caracterizou nos anos 20. Em Portugal dessa época, vai-se oficializar uma “educação nova” ligada a correntes pedagógicas religiosas e conservadoras.¹⁶ Isso só foi possível porque, na apropriação levada a efeito pelos nacionalistas, não somente a doutrina sofre um esvaziamento dos seus princípios fundamentais, como também é introduzida uma outra perspectiva social e política na aplicação da Escola Nova. “Quando o universo educacional português passa a ser

¹² Idem

¹³ MOGARRO, Maria João. Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos. In: Pintassilgo, Joaquim et al. (org.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Edições Colibri. Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2006.

¹⁴ Jornal O Ensino Primário, Lisboa, 16 de novembro de 1930.

¹⁵ Idem.

¹⁶ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

dominado pela lógica salazarista tem-se uma perspectiva alternativa, que é a permanência dos princípios da Escola Nova em níveis menos evidentes”.¹⁷

Menos evidentes e re-significados. Esses conceitos foram re-lidos à luz dos princípios - e da censura - ditados pelo Estado Novo e pela fé. A organização do país nos moldes nacionalistas e cristãos propiciava “o despertar das energias da raça, a reintegração da Pátria na linha dourada das suas gloriosas tradições”.¹⁸ Nessa escala de acontecimentos, a missão do professor é inalienável. Modelador de almas é a ele que a Nação entrega para que aperfeiçoe o que ela tem de mais caro: o seu próprio futuro. O catolicismo é outro grande pilar do projeto salazarista. A tarefa da família também é frequentemente reforçada, pois constituirá a tríade: Deus, pátria, família - jargão nacionalista caro à ditadura do Estado Novo.

Em maio de 1935, a Revista publica o recém-aprovado programa de disciplinas nas escolas do magistério primário e suas ementas¹⁹, amplamente detalhadas, comuns aos cursos do magistério elementar e magistério infantil. Interessante observar nessas ementas que há uma perfeita simbiose entre pressupostos da Escola Nova e os interesses do Estado Novo para a escola portuguesa. É, entretanto, na disciplina de Educação Moral e Cívica que melhor se observa a sincronia entre os modelos morais e religiosos que se pretendiam inculcar e o modelo considerado vital e espiritual do império. Os alunos do magistério aprendiam que ideais religiosos eram os ideais do cristianismo primitivo, da cristandade medieval e do catolicismo. Já a Nação como realidade pressupunha, além da ação como lei suprema da política nacional, o aprendizado do nacionalismo português, do movimento de 28 de maio e a Revolução Nacional, o Estado Novo, assim como os direitos e os deveres em relação à pátria.

Parente próximo do nacionalismo, o ufanismo foi uma estratégia bastante empregada na Escola Portuguesa. Na seção intitulada “Semana das Colônias”²⁰, a matéria traduz fielmente o sentimento que se deseja impregnar nos professores e alunos. Orgulho de um Portugal vencedor, com passado glorioso e futuro promissor que dependia, para continuar glorioso, de toda a vontade, doação e sacrifício dos seus filhos. Assim, todas as disciplinas primárias deveriam servir ao professor para desenvolver no espírito das crianças o sentimento de grandeza nacional, a noção de suas

¹⁷ MOGARRO, Maria João. Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos. In: Pintassilgo, Joaquim et al. (org.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Edições Colibri. Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2006.

¹⁸ REP, março de 1935, n.23

¹⁹ REP, maio de 1935, n. 32.

²⁰ REP, maio de 1935, n.30.

responsabilidades de portugueses e da posição de Portugal no mundo. Não se pode esquecer que a base da educação teria de ser a história de Portugal²¹. Não era para menos. A possível indiferença do estrangeiro por Portugal é atestada por Gonzague Reynold, escritor suíço, que após um mês de observação *in loco*, registrou suas impressões sobre o país, dizendo que até 1926, ao aparecimento de Salazar²², “Portugal não interessava muito à Europa, pois gozava de má reputação muito sólida. Tinha-se até inventado o verbo portugalizar e creio que este neologismo é de origem Belga”.²³ Portugalizar significava, na gíria da época, “pô-lo de rastos à força de parlamentarismos, de lutas eleitorais, de golpes de Estado e de revoluções”. Dizia-se também, que havia duas anarquias europeias: a otomana e a portuguesa e as suas consequências.

Por conta de afirmativas dessa natureza, a necessidade de levantar o moral do povo português se fazia ainda mais premente. A intenção era fomentar a ideia de que Portugal não era um país pequeno, nem territorialmente, nem quanto à população e menos ainda quanto à sua importância no mundo. Era preciso, no entanto, que os portugueses mantivessem uma vontade vigorosa, temperada com orgulho da sua nacionalidade, baseados no conhecimento do passado e na compreensão das responsabilidades do presente, conhecedores da formação do império e em que circunstâncias se desenvolveu. Cultivar esse ufanismo também era um modo eficiente do governo desviar a atenção das dificuldades vividas naqueles anos. Fazia parte do desenvolvimento que o Dr. Manuel Múrias, professor da escola do magistério primário de Lisboa, chamou de “conceitos imperiais”, discursos que produziam um sentimento de grandeza enquanto povo e enquanto nação na escola portuguesa.

Na semana da Pátria, em maio de 1935, o discurso dirigido aos professores, salientava que era importante que não se esquecessem que “todo o ensino tem de ser ministrado num objetivo de educação nacional”.²⁴ Não obstante, era preciso lembrar-se também que a nação portuguesa se criou sob a proteção da Igreja. Portanto, dada a índole católica dessa civilização, cumpria difundir a fé por todo o mundo, na sua “missão histórica expansionista e imperialista”, procurando por todos os meios não se

²¹ REP, maio de 1935, n. 32.

²² Os estudiosos do assunto dizem que uma das razões para essa afirmação, nos escritos de Reynold está no fato de que a Revolução Nacional de 1926 erigira uma forma de governo fundamentalmente diversa, nas suas bases e nos seus métodos, do Fascismo italiano e do Nacional-Socialismo alemão: uma forma de governo que teria o Estado Cristão como modelo e Ideal. Disponível em <http://www.revista.brasil-europa.eu>, acesso em 08/02/2008.

²³ REP, outubro de 1937, n. 157.

²⁴ REP, maio de 1935, n. 32.

desviar jamais do catolicismo para não trair a memória dos seus antepassados e das “próprias finalidades civilizadoras da raça”.²⁵ Não era fácil esquecer. A Revista cuidava de manter ativa a memória dos professores, não economizando o uso dessa retórica. A ação da escola, dizia-se, não podia se limitar a desbravar cérebros, iluminar inteligências, lapidar caráter. É na escola, nas palavras de Cunha Leão, inspetor orientador, que se prepararia o espírito do *Ressurgimento*, semeando nas almas infantis o interesse por Portugal ultramarino e criando-lhes uma “forte e orgulhosa consciência coletiva para que reajam à mesquinhez dos conceitos derrotistas e projectem galhardamente no futuro as estradas dum Portugal grande e próspera Nação”.²⁶

A importância de reavivar o espírito colonial e o amor pátrio está bem sintetizada no Inquérito de Psicotropia, conduzido pela Inspetora Orientadora Áurea Judite do Amaral. O questionário foi elaborado para os rapazes e os assuntos escolhidos dividiam-se em: a) profissão que desejam seguir; b) viagens que desejam empreender; c) jogos preferidos; d) disciplinas de que mais ou de que menos gostavam; e) interesse pelas provas de exame. Os intuitos principais, segundo a inspetora, eram, por um lado, as questões didáticas, observadas nas respostas das perguntas *d* e *e*. Por outro, perceber o espírito de aventura que podiam revelar-se na pergunta *b* e, como conclusão principal, ver o interesse que os domínios coloniais despertavam nas crianças da escola primária. Esse inquérito foi levado a efeito entre os anos de 1930 a 1934 e recaiu sobre 1.100 crianças da 4ª classe primária (entre 10 e 13 anos). O resultado é sugestivo. Desses escolares entrevistados, 98% desejavam “correr mundo”. Muitos não sabiam exatamente o que significava “correr mundo” e as grandes viagens limitavam-se a ir de Gaia ao Porto, de Matosinhos ao Porto, de Guimarães a Laundos, de Lisboa a Trafaria ou a Torre das Pedras e por aí vai. O resultado foi o seguinte: dos 503 rapazes do último ano da escola primária que disseram desejar sair do país 58% queriam ir para a América e apenas 12% escolheram os domínios ultramarinos.

Dentro do continente americano, em 293 respostas, 224 delas incidiram sobre “Rio de Janeiro” ou somente “América do Sul”. Das 69 restantes, 68 foram para os “Estados Unidos” e 1 para o “México”. A Inspetora surpreendeu-se porque, nas respostas colhidas, o Brasil apareceu como uma espécie de segunda pátria. “Gostava primeiro [de ir a] Portugal e depois ao Brasil. Ao Brasil e a Celorico de Basto. Ao Brasil ver minha tia. Ao Brasil ver o meu pai. Ao Brasil que é muito lindo”. Das principais

²⁵ Idem.

²⁶ REP, agosto de 1935, n. 47.

conclusões tiradas desse inquérito, a falta de conhecimento dos alunos sobre as colônias atuais, indicava que os professores deveriam orientar, com mais eficiência, a atenção dos espíritos para seus domínios coloniais.²⁷

Muito se falou sobre a importância de uma educação adequada para restaurar a Portugal as antigas glórias e o mestre-de-obras dessa empreitada seria o professor. A ele cabia capitanear a salvação da pátria, o resgate do orgulho português, a manipulação dos espíritos em formação que só a escola pode promover. Tão importante quanto essa missão, era desenvolver cada vez mais o espírito católico. A questão religiosa é preponderante nesse momento, assim como também a disciplina de História. Quando juntas, a primeira passa a determinar os rumos da segunda. A tomada de Alcácer do Sal, por exemplo, era justificada como tendo sido uma obra de intervenção divina. Uma armada de cruzados a caminho da Terra Santa passa pelo porto de Lisboa e seus ocupantes são convencidos pelo Bispo da cidade, D. Soeiro, de que se uma tempestade os atrasou é porque Deus parecia indicar que queria que passassem o inverno em Portugal e contribuíssem para o desagravo da fé. Resolvidos a ficar, decidem-se também pela tomada de Alcácer, abrindo caminho para a conquista definitiva do restante do Alentejo e Algarve.²⁸

No segundo ano do Boletim, o editorial enfatiza a importância de definir conceitos sobre a escola ativa. Garcia Domingues, Inspetor-orientador, diz que a escola portuguesa é uma escola espiritualista. Mesmo reconhecendo o mérito de quem ele nomeou representantes máximos da escola ativa - Dewey, Claparède, Decroly, Kerschensteiner, Stern, Montessori e Ferrière -, sustenta que “a doutrina pedagógica da escola não é nem exclusivamente *intelectualista* (escola tradicional), nem exclusivamente *activa*. Procura, antes, coordenar o pensamento e a ação”.²⁹ Assim, do ponto de vista do pensamento é afirmativa, mas não cética. Do ponto de vista da ação é ativa e não verbalista. Garcia Domingues explica que para compreender essa dualidade importa considerar a identidade mais profunda, que supõe a identidade do espírito consigo mesmo. Nesse caso, a identidade do espírito português com sua concepção cristã da vida, que constitui seu fundamento essencial. Quanto ao ponto de vista

²⁷ REP, novembro de 1934, n. 8.

²⁸ REP, janeiro de 1938, n. 170.

²⁹ REP, dezembro de 1935, n. 61.

filosófico, no início desse mesmo ano, defendia a ideia de que a concepção de uma teologia pedagógica é tão legítima quanto outra qualquer.³⁰

No número 23, aparece uma matéria intitulada “Causa da Inquietação Social” que é uma antítese dos discursos que a Revista tem procurado internalizar. Um importante professor de Ciências Econômicas da Alemanha publicou no *The Year book of education* um artigo afirmando que “na atualidade os sistemas de ensino correspondem às necessidades intelectuais de três ou quatro continentes. Continentes estes que não existem”.³¹ Por isso, diz ele, há razões para duvidar que a moderna educação, com seus custos elevadíssimos, resulte na eficiência que se poderia adquirir na aprendizagem de um ofício menos demorado e oneroso. “O mundo está povoado de *intelligentzia* que não encontra fácil ocupação para os seus portadores. Resulta daqui o azedume e a rebelião contra a ordem social estabelecida”.³² Seria o excesso de instrução responsável por este atentado? Nóvoa diz que no ciclo do pragmatismo conservador, a lógica determinante é de ajustamento e de contenção. Uma espécie de “nivelamento por baixo” no sistema educativo que abrangeu “na sua essência o regime nacionalista”, criando um modelo de escola que não vislumbrava grandes “mobilidades sociais”. O autor lembra o resumo lapidar das intenções nacionalistas feito por Carneiro Pacheco: “*Um lugar para cada um, cada um em seu lugar*”.³³

Na época em que a imprensa se referiu às dificuldades quanto à admissão à frequência das universidades, o Gabinete do Ministro da Instrução emitiu uma nota na qual declarava que era preciso bloquear o afluxo excessivo à universidade, dilatado no pós-guerra. A justificativa era de que não seria possível nem para o Estado nem para as atividades econômicas particulares absorverem tantos diplomados. Era evidente, segundo o comunicado, que esse excesso não apenas era um mal, mas “constitui até um perigo social, pelo inquieto estado de espírito que naturalmente tende a produzir-se na legião de proletários intelectuais que a operosidade das escolas superiores vai fazendo crescer de forma alarmante”.³⁴

Alguns meses mais tarde, o editorial da Revista traz um relato do professor do Liceu Normal de Lisboa, António Almodóvar, sobre uma visita que fez à Alemanha para observar como estava organizada a juventude alemã. Comparando com a história

³⁰ REP, fevereiro de 1935, n. 20.

³¹ REP, março de 1935, n. 23.

³² REP, março de 1935, n. 23.

³³ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

³⁴ REP, abril de 1935, n. 27.

de Esparta, diz ele que em todos os tempos e em todas as latitudes a Educação da juventude tem sido o meio que “assegura a continuidade das revoluções e o campo de batalha de todas as correntes políticas ou ideológicas que procuram fazer vingar as suas doutrinas e concepções de mundo”.³⁵ Essa visita era o primeiro indício de que a *Hitler-Jugend* teria em breve uma equivalente sua em terras lusitanas. Afinal, como afirmava o Ministro da Instrução da Alemanha em discurso pronunciado no ano de 1934 “é impossível manter a escola democrática num Estado que se tornou autoritário”.³⁶

O ano de 1936 chega e, no seu decurso, a guerra civil espanhola. Essa guerra, travada entre os republicanos espanhóis e os nacionalistas de Franco, teve um impacto muito profundo na vida portuguesa. Salazar vai apoiar Franco, mas para o caso do generalíssimo não sair vitorioso, vai estreitar relações com o nacional-socialismo da Alemanha e com o fascismo da Itália. Evidentemente, nada disso era declarado à Nação. Quando esta guerra evolui para um conflito de proporções inesperadas, hordas de comunistas, inclusive dissidentes portugueses, infiltram-se nas suas fileiras e isso vai se refletir nas matérias publicadas pela Revista. As discussões pedagógicas cedem lugar à propaganda anticomunista e à exaltação da defesa do princípio da ordem³⁷ e, o comunismo - verdadeiro horror de Salazar - torna-se o destaque. A luta do país vizinho serve como exemplo dos males advindos pela falta de nacionalismo.

De todo modo, 1936 é um ano chave para Portugal, quer para a educação nacional, quer pela aliança estratégica firmada com Franco.³⁸ Nesse ano também é criada por decreto a Organização Nacional Mocidade Portuguesa. O objetivo dessa organização de cunho nazi-fascista era desenvolver compulsoriamente na juventude, dos 7 aos 25 anos, independente de frequentarem ou não a escola, todas as suas capacidades físicas, abrangendo também a formação do carácter. Pela devoção à Pátria, amor à ordem, gosto pela disciplina e pelo culto aos deveres morais, cívicos e militares. Na prática, somente os jovens que frequentavam a escola foram compelidos, mas todas as escolas deveriam se considerar suas “delegações permanentes”, todos os professores, detentores de ação direta sobre os “lusitos”, seus alunos.

³⁵ REP, outubro de 1935, n.55.

³⁶ REP, julho de 1935, n. 41.

³⁷ REP, outubro de 1936, n. 106.

³⁸ MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa - Universidade da Extremadura, 2001.

A Mocidade Portuguesa Feminina foi criada no ano seguinte.³⁹ Os objetivos que a nortearam eram ligeiramente diferentes do seu equivalente masculino. Além da formação moral e cívica, era necessário estimular o gosto pela vida doméstica, o trabalho coletivo e toda uma gama de valores próprios ao bom desempenho da mulher no seio da família. O Ministro da Educação Nacional, criador das duas agremiações, sustentava que a mocidade feminina precisava de tanta assistência quanto a masculina, não para lhe ocupar o cérebro com aspirações inadequadas ao seu sexo, mas para lhe formar a inteligência e afeiçoar a vontade dentro do plano natural em que o cristianismo a mantinha e de onde o comunismo tentava lhe tirar. A mulher “desde que foi coroada rainha do lar pelas leis do evangelho”⁴⁰ ocupava um lugar de honra diante do mundo. As mães portuguesas devem ter, segundo esse pensamento, fé, caridade, energia, espírito de sacrifício, amor à terra e sentido consciente da continuidade histórica de Portugal.

Na festa comemorativa de 28 de maio, Cunha Leão faz uma conexão inequívoca entre os três elementos: Deus, Pátria, Família. Nas suas palavras a data não seria digna, não fosse seu significado escolar. “A escola tem-se tornado progressivamente nacionalista e cristã: ela afirma a pátria, no passado, no presente e no futuro”.⁴¹ A escola, desde aí, deixou de andar ao sabor dos interesses da política partidária e individual para servir à nação. E foi com essa justificativa que o pluripartidarismo foi banido da política portuguesa. Em discursos pronunciados em 1930, Salazar definiu as opções para o país, algumas das quais foram posteriormente consagradas na Constituição:

Recusa do liberalismo e do pluripartidarismo, a afirmação de um Estado forte, do nacionalismo corporativo, do intervencionismo económico e do imperialismo colonial. No mesmo período, manobrou habilmente os homens, as forças e as situações políticas, evidenciando essa que foi a sua arte suprema de organizar e reorganizar os precários equilíbrios que, nas décadas seguintes, viabilizaram o regime. A arte de “saber durar”.⁴²

Sobre as “opções” definidas para o país, convém determo-nos um instante em um ponto: a racionalização da ditadura como instrumento da liberdade. Certa feita o

³⁹ Ambas as organizações foram extintas por decreto em 25 de abril de 1974.

⁴⁰ REP, abril de 1935, n.26.

⁴¹ REP, maio de 1936, n. 85.

⁴² MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa/ Universidade da Extremadura, 2001.

Primeiro Ministro concedeu uma entrevista a um jornal literário francês, no qual declarou que a Ditadura tinha como missão restabelecer a liberdade do Estado e, através dela – e não de outra forma – a liberdade dos indivíduos. Ocorre que se o Estado não é superior a tudo não pode haver liberdade. “Que é a liberdade? É o direito garantido. O Estado define o direito; pois, se não é livre para o fazer respeitar, não há liberdade”.⁴³ Estava assim explicada a “necessidade” de se instaurar uma ditadura.

Anos mais tarde, em 7 de setembro de 1937, a Escola Portuguesa publica em letras grandes um comunicado dizendo que :

Apesar dos incansáveis esforços de eminentes chefes de Governo e da intervenção directa dos Chefes de muitas nações, eis que a paz não pode ser mantida e a Europa mergulha de novo em dolorosa catástrofe. (...) Felizmente os deveres de nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade.⁴⁴

Nesse episódio o Primeiro Ministro se revelou um diplomata hábil. Declarando Portugal um país neutral, eximia-se de fazer aliança tanto com a Alemanha quanto com a Inglaterra, ainda que Portugal tenha sido o mais antigo e tradicional aliado deste país. Não enfrentando uma guerra, preservou os recursos financeiros do país e garantiu legitimidade para se manter no poder. Terminado o conflito o regime salazarista vai receber o apoio dos EUA e de outros países ocidentais, tanto por ser de orientação contrária ao comunismo soviético, grande vilão do momento, como por ter-se integrado aos fundadores da OTAN. Do ponto de vista estratégico, sua maior arma foi ceder os Açores para servir de base para os vôos entre os EUA e a Europa.

Com a intensificação do nacionalismo na Escola Portuguesa, como já afirmado, cai vertiginosamente a preocupação com questões de ordem pedagógica no sentido dado pelos fundamentos da Escola Nova. O professor José Maria Gaspar no editorial intitulado “Os limites na instrução” diz que em tempos pretéritos os enciclopedistas reclamavam a liberdade no ensino e pouco a pouco a França - e logo em seguida a Europa - *beijaram-lhe as mãos*. Nas palavras do professor “o vandálico liberalismo de oitocentos, filho bastardo de Descartes e neto legítimo de Lutero, instituiu “humanitariamente” uma escola para cada sistema e “equalitariamente” para cada paixão um mestre”.⁴⁵ Diante disso, que sugere o Sr. Professor Gaspar? Que se aprenda!

⁴³ REP, setembro de 1935, n. 44.

⁴⁴ REP, setembro de 1939, n. 254.

⁴⁵ REP, agosto de 1937, n. 145.

Mas que se prepare a alma para “os usos sem abusos da inteligência. Estabeleçam-se os limites da instrução nas raias da verdadeira moral – a religiosa”.⁴⁶

Nos últimos anos pesquisados, os artigos sobre educação, nova educação ou qualquer educação que não fosse a nacionalista-cristã são, na sua maior parte, de cunho moralista, quando não o são de uma total inversão de papéis. No discurso da Revista, o que o Estado Novo exigia era toda vontade e doação por parte dos professores, para que o Portugal, de passado glorioso e futuro promissor, pudesse retornar.

Referências Bibliográficas

CANDEIAS, A; FIGUEIRA, M. H.; NÓVOA, A. Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos – (1923-1941). Educa, Lisboa, 1995.

FIGUEIRA, Manuel Henrique. Um Roteiro da Educação Nova em Portugal: Escolas Novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935). Dissertação Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Setembro, 2001.

MAGALHÃES, Justino (org.). Fazer e Ensinar História da Educação. Lusograf, Braga, Portugal, 1996.

MOGARRO, Maria João. A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa/ Universidade da Extremadura, 2001.

NÓVOA, António. Evidentemente – Histórias da Educação. Edições Asa, Lisboa, 2005.

PINTASSILGO, Joaquim. República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa. Edições Colibri, Lisboa, 1998.

PINTASSILGO, J.; FREITAS, M.C.; MOGARRO, M.J.; CARVALHO, M.C. História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e apropriação de modelos culturais. Edições Colibri, 2006.

⁴⁶ Idem.